

AVANÇO RUMO ÀS ELEIÇÕES

EUA levantam sanções à Venezuela após acordo entre regime de Maduro e oposição

MARINA GONÇALVES
marina.goncalves@globo.com.br

Um dia após um acordo significativo entre a oposição venezuelana e o regime de Nicolás Maduro, que estabeleceu para o segundo semestre do ano que vem a realização de eleições presidenciais, o governo dos EUA suspendeu ontem por seis meses as sanções ao petróleo, gás e ouro, impostas em 2019. Em contrapartida, Maduro — à frente de um governo autoritário que muitos dentro e fora do país classificam como uma ditadura — concordou com a libertação de quatro presos políticos, entre eles o ex-deputado Juan Requesens e o jornalista Roland Carreño, assessor do líder político Juan Guaidó.

Os avanços, embora celebrados por analistas ouvidos pelo GLOBO, deixaram em aberto um ponto crucial: a participação de políticos declarados inelegíveis, como María Corina Machado, que lidera com folga as primárias da oposição do próximo domingo. Houve também cautela sobre o que ainda falta resolver para a realização de eleições realmente livres e competitivas.

Na terça-feira, chavismo e a oposição concordaram em preparar o caminho para as eleições presidenciais, que devem acontecer com observadores internacionais, incluindo a União Europeia, até dezembro de 2024. O acordo parcial, assinado nas negociações em Barbados, também contempla um pedido importante da oposição: a atualização do registro eleitoral, inclusive os mais de 6 milhões de venezuelanos que emigraram.

'DIABO MORANOS DETALHES'

David Smilde, especialista em Venezuela na Universidade de Tulane, em Nova Orleans, reconhece a grande importância do documento, considerado amplo e abrangente, mas atenta para a falta de detalhes, "o que deixa bastante espaço para manobras políticas". — O diabo mora nos detalhes. Mas é importante destacar que, como qualquer negociação, este é um processo. Os documentos são a ponta do iceberg do que está sendo conversado. As negociações são mais profundas e detalhadas, e o que vem a público é o que foi acordado. O resto ainda está sendo trabalhado — disse ao GLOBO.

Os EUA celebraram o acordo

de e, ontem, ao anunciar em comunicado a suspensão temporária das sanções, o secretário de Estado americano, Antony Blinken, disse que espera o começo da libertação de "todos os cidadãos americanos e presos políticos venezuelanos detidos injustamente" no país. Ele insistiu, no entanto, na necessidade de revogação das inabilitações políticas.

A suspensão, ainda que temporária, das sanções é resultado de uma longa negociação, de pelo menos seis meses, entre os governos de Joe Biden e Maduro, e se concentra sobretudo no mercado de petróleo e gás, onde há o maior interesse em jogo para os EUA e a Europa. Também incluem a comercialização de ouro, "na tentativa de reduzir as enormes operações no mercado negro", explica o economista Luis Vicente León, diretor do Instituto Datafolia da Venezuela.

— As licenças são muito mais amplas do que o esperado e podem ter impactos muito positivos na atividade econômica do país — afirma. — Setores de combustíveis e energia elétrica poderão ser significativamente beneficiados, melhorando a qualidade de vida da população.

Na noite de quarta-feira, um dia depois da assinatura do acordo, Gerardo Blyde, líder

da delegação opositora na mesa de diálogo, publicou uma lista com cinco presos políticos libertados, entre eles o jornalista Roland Carreño, próximo a Guaidó — ferrenho opositor de Maduro, que chegou a ser considerado presidente interino por mais de 50 países, incluindo o Brasil. Blyde havia sido detido em 2020, sob a acusação de ser "operador financeiro de planos de conspiração e terroristas" contra o governo de Maduro.

— Estou um pouco atordoado porque, depois de três anos de tanta espera, de tanta angústia, que a liberdade chegue neste momento em particular me enche de muita esperança de que a liberdade da Venezuela também chegará — disse Carreño ao sair da prisão de El Helicóide, sede do serviço de inteligência, em Caracas.

273 PRESOS POLÍTICOS

Os outros libertados são o ex-deputado Juan Requesens, acusado de tentar assassinar Maduro; Marco Garcés Carapaica, universitário detido em 2020 por estar no mesmo veículo que um ex-oficial da Marinha dos EUA; Mariana Barreto, presa por protestar em 2019 contra irregularidades no fornecimento de gasolina; e Eutrinel Rincón, que era secretária no Ministério da De-

fesa e foi acusada de traição à pátria e de vazamento de informações após aparecer em uma foto ao lado de um opositor. Até 10 de outubro, a Venezuela tinha 273 presos políticos, segundo a ONG Foro Penal.

— O mais importante agora é avançar, agradecer a todos os que tornaram isto possível... Não tenho palavras — disse Requesens a jornalistas e apoiadores do lado de fora de sua casa, em Caracas, onde cumpria prisão domiciliar.

Inabilitações de dois dos principais líderes opositores ainda não foram resolvidas

O ex-deputado foi condenado por "conspiração" após as explosões de dois drones próximo de um palanque onde Maduro presidia um evento com militares, em agosto de 2018. As autoridades acusaram então presidente colombiano, Juan Manuel Santos, de planejar o ataque em colaboração com EUA e Peru.

Mas, apesar dos avanços selados na terça-feira, tanto Capriles quanto María Corina Machado estão até agora impedidos de concorrer. O penúltimo ponto do acordo assi-

nado em Barbados não deixa claro se eles poderão estar na disputa do ano que vem.

O texto estabelece que será promovida a "autorização a todos os candidatos presidenciais e partidos políticos, desde que cumpram os requisitos estabelecidos na lei". Com isso, o documento mantém em aberto a possibilidade de que os atuais vetos judiciais sejam utilizados para impedir a inscrição dos candidatos. Ao comentar o tema, na terça-feira, o chefe da delegação chavista, Jorge Rodríguez, deu a entender que as portas seguem fechadas aos dois:

— Se você recebeu uma inabilitação administrativa, não poderá ser candidato — disse, sem citar nenhum político.

Ainda assim, o anúncio do acordo a dias das primárias opositoras pode ser visto como sinal positivo de Maduro, diz Geoff Ramsey, analista político do Atlantic Council.

— A questão das inabilitações segue sendo um debate vivo, mas o acordo cria um processo pelo qual os candidatos podem apelar das decisões judiciais. Não é uma certeza, mas há agora um espaço para isso. Se não fosse pelo acordo, certamente não aconteceriam primárias no domingo — explica ao GLOBO. — Não é uma solução mágica, nem a rendi-

ção total de Maduro, mas vejo uma conquista concreta.

Smilde, no entanto, é bem mais cético sobre a participação da María Corina e Capriles no pleito.

— É improvável que o governo suspenda a inelegibilidade de María Corina. Os custos de entregar o poder a ela são quase infinitos e Maduro prefere assumir os custos moderados das críticas que receberá ao deixá-la de fora — acredita o especialista da Universidade de Tulane.

— Já para Capriles é possível, mas tampouco provável. Apesar do discurso muito mais moderado, o chavismo guarda ressentimento dos momentos em que ele negou a legitimidade de Maduro.

MARÍA CORINA REJEITA

Na quarta-feira, María Corina, que ficou conhecida por liderar a linha-dura da oposição, rejeitou o acordo. Em nota, reiterou que "não participou das negociações e desconhece seu alcance preciso", além de alegar que "no passado, o regime de Maduro assinou acordos que viola repetidamente".

Já Capriles, ex-candidato presidencial da oposição moderada, celebrou a libertação dos cinco presos como "passos na busca pelo fim da perseguição na Venezuela e pela justiça e plena democracia".



Princípio de entendimento. O presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez (à esquerda), e o representante da oposição, Gerardo Blyde, assinam o acordo em Barbados

Brasil teve papel importante

> Até o fim do ano passado aliado de qualquer processo de negociação entre governo e oposição da Venezuela, o Brasil teve participação direta na costura do acordo anunciado na terça-feira. Desde que assumiu o Palácio do Planalto, em seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se empenhou pessoalmente nessa questão.

> O acordo é resultado de um

processo negociador envolvendo o Brasil e outros atores, que começou meses antes do entendimento formal entre governo e oposição venezuelanos. Envolvido diretamente nas discussões, o assessor para assuntos internacionais do Palácio do Planalto, Celso Amorim, disse ao GLOBO que ainda é cedo para "abrir o champanhe", mas o clima é positivo.

— Não podemos ver só obstáculos.

Temos que apostar no resultado que vem depois. Não podemos abrir totalmente a champagne. Só quando todas as sanções forem retiradas e as eleições na Venezuela realizadas. O clima é muito positivo — disse Celso Amorim ao GLOBO.

> O acordo foi firmado em Barbados, sob a mediação da Noruega, o patrocínio do México e a presença de EUA, Colômbia, Rússia e Holanda. O Brasil foi convidado a participar da

cerimônia pela sua contribuição nesse processo, embora o grupo de países para promover um entendimento tenha sido criado em 2019. — Estamos muito felizes com o que está acontecendo. O Brasil, embora não tenha sido parte da negociação mediada pela Noruega, participou intensamente das discussões entre governo e oposição venezuelanos — disse Amorim.

> O assessor e ex-chanceler do

presidente nos dois primeiros mandatos esteve em Caracas, no início do ano, onde se reuniu com Maduro e representantes da oposição. As eleições na Venezuela foram tema de conversa telefônica entre Lula e Maduro, na segunda-feira. Além das eleições, os dois mandatários discutiram a dívida do país vizinho com o Brasil, as sanções econômicas aplicadas pelos EUA aos venezuelanos e o fornecimento de energia elétrica. (Eliane Oliveira)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Mundo **Página:** 15